CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Boletim Informativo

Boletim Informativo
N.º 07/2017/2018

REUNIÃO:
ORDINÁRIA DE
29/12/2017

DEZEMBRO DE 2017

SUMÁRIO:

1. Aprovação da ordem do dia;
2. Exposição de assuntos que os vogais entendam pertinente;
3. Apreciação dos relatórios e processos de inspeção:
 - a. N.º.02/P.Insp/2016/17 (Procuradoria da República da Praia e Procurador da República);
 - b. N.º.03/P.Insp/2016/17 (Procuradoria da República da Praia e Procuradora da República).
4. Apreciação e decisão de processo disciplinar-Oficial de Diligências colocado na Procuradoria da República da Comarca do Sal;

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vogais

- Membro eleito pela Assembleia Nacional, Dr.^a Edelfride de Santa Filomena Sousa Barbosa Almeida;
- Membro designado pelo Governo, Dr. António Varela Semedo;
- Membros eleitos pelos seus pares, Drs. Daniel Hostelino Alves Monteiro, Felisberto Robalo e Nilton Jorge da Costa Moniz;

Secretário

- Secretariou a sessão a Secretária *ad hoc* no Conselho Superior do Ministério Público, Sandra Tavares.

5. Apreciação do relatório estatístico relativo ao primeiro trimestre;
6. Apreciação da lista de magistrados do Ministério Público com direito a progressão;
7. Apreciação de pedido de magistrado;
8. Apreciação de pedido de Oficial de Justiça do Ministério Público;
9. Apreciação de pedido de pagamento de motorista sobre serviços prestados à Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina;
10. Apreciação de ofícios provenientes da Empresa de Mobilidade e Estacionamento da Praia;
11. Matérias para conhecimento (5docs.);
12. Despachos para ratificação (5 docs.).

1. APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou por unanimidade dos presentes:

Aprovar a agenda dos trabalhos.

2. EXPOSIÇÃO DE ASSUNTOS QUE OS VOGAIS ENTENDAM PERTINENTE

O Presidente deu conhecimento das seguintes atividades desenvolvidas desde a última reunião:

1. Assinatura de contratos para aquisição de catorze veículos para as Procuradorias da República;
2. Da Autorização para adjudicação a duas empresas selecionadas para fornecimento de mobiliário e equipamentos informáticos para os Departamentos Centrais;
3. Da elaboração do contrato para arrendamento de espaço para instalação da Procuradoria da República dos Mosteiros;
4. Da publicação no Boletim Oficial no passado dia 22 de dezembro da nomeação e colocação dos Procuradores da República de 3.^a Classe e promoção dos Oficiais de Justiça, estando agendada para o dia 05 de janeiro a posse dos Procuradores da República de 3.^a Classe.

O Vogal Felisberto Robalo interveio para manifestar a sua preocupação relativamente aos constrangimentos que os magistrados do Ministério Público colocados na Procuradoria da República da Comarca da Praia enfrentam para aceder a zonas de estacionamento no Plateau.

Concernente à questão o Senhor Presidente informou que atendendo à problemática das condições de segurança iria verificar junto à emep e Câmara da Praia as possibilidades para resolução desses problemas.

3. APRECIACÃO DOS RELATÓRIOS E PROCESSOS DE INSPEÇÃO:

- a.** N.º.02/P.Insp/2016/17 (Procuradoria da República da Praia e Procurador da República)

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Considerando o relatório de inspeção e, tomando em consideração, o trabalho desenvolvido, os resultados alcançados e procedido à adequação entre o corpo do relatório e a notação a atribuir, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 23.º, 24.º, 25.º n.º 1 al. d) da Lei n.º 85/VIII/2015, de 6 de Abril e artigos 19.º, 20.º, 26.º n.º 3 e 29.º do Regulamento de Inspeção aprovado pela Deliberação n.º 7/CSMP/2015-16, de 27 de Novembro de 2015 e publicada no Boletim Oficial, II Série n.º 63, de 23 de Dezembro, avaliar o mérito do magistrado.

Registe-se e notifique-se.

- b.** N.º.03/P.Insp/2016/17 (Procuradoria da República da Praia e Procuradora da República)

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Considerando o relatório de inspeção, a apreciação da resposta da magistrada inspeccionada e a réplica apresentada pelo serviço de inspeção, e, tomando em consideração o contexto organizacional da Procuradoria da República da Comarca da Praia, o trabalho desenvolvido e os resultados alcançados, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 23.º, 24.º, 25.º n.º 1 al. d) da Lei n.º 85/VIII/2015, de 6 de Abril e artigos 19.º, 20.º, 26.º n.º 3 e 29.º do Regulamento de Inspeção aprovado pela Deliberação n.º 7/CSMP/2015-16, de 27 de Novembro de 2015 e publicada no Boletim Oficial, II Série n.º 63, de 23 de Dezembro, avaliar o mérito da magistrada.

Registe-se e notifique-se.

4. APRECIACÃO E DECISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR- OFICIAL DE DILIGÊNCIAS COLOCADO NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DO SAL

Após análise e apreciação dos autos do processo disciplinar contra o Oficial de Diligências o Conselho Superior do Ministério Público apurou que a acusação não descreve de forma clara e precisa os factos susceptíveis de integrar ilícito disciplinar.

Considerando o princípio da vinculação temática e não se encontrando os factos que integram o ilícito suficientemente individualizados e descritos na acusação, tal situação é geradora de nulidade insuprível, pelo que o CSMP não podendo condenar o arguido por ilícito disciplinar, determinou o arquivamento dos autos.

5. APRECIACÃO DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO RELATIVO AO PRIMEIRO TRIMESTRE

O Conselho Superior do Ministério Público, reconhecendo o trabalho realizado pelos Magistrados e Procuradorias da República deliberou:

Recomendar às Procuradorias da República e Magistrados a preservar o empenho que vem revelando de modo a se alcançar melhores resultados possíveis, até o final do ano judicial, para o efeito determinou remeter os mapas estatísticos a todos os magistrados, permitindo assim uma percepção dos resultados obtidos, individualmente e por Procuradoria da República.

6. APRECIACÃO DA LISTA DE MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM DIREITO A PROGRESSÃO

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Remeter a referida lista ao Ministério das Finanças e solicitar a criação e aprovisionamento da rúbrica de progressão. Propondo ainda que o aprovisionamento seja efectuada com verbas de saldo de gerência de pessoal, e em não sendo suficiente poderá ser negociado com os magistrados um pagamento faseado.

7. APRECIACÃO DE PEDIDO DE MAGISTRADO

O requerente candidatou-se para o preenchimento de umas das seis vagas, colocada a concurso, na categoria de Procurador da República de 2ª Classe, tendo ficado graduado na 7ª posição.

Todas as vagas colocadas a concurso público foram preenchidas por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, não havendo assim vagas posta a concurso por preencher, não sendo possível com os fundamentos constantes da lei revogar a deliberação que abriu o concurso.

O Conselho Superior do Ministério Público, deliberou:

Indeferir o pedido.

O Conselho Superior do Ministério Público referenciou ainda que o requerente está integrado na lista de magistrados a inspeccionar, findo o qual poderá concorrer à promoção no concurso que o CSMP abrirá após a realização de todas as inspeção que constam na lista de inspeção aprovada.

8. APRECIACÃO DE PEDIDO DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Nos termos do n.º 2 do art.º 46 do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, concedido uma licença de curta duração de 30 a 90 dias, não pode ser concedido ao mesmo funcionário, nos dois anos seguintes, a mesma licença. Assim, o CSMP, indeferiu o pedido formulado.

9. APRECIÇÃO DE PEDIDO DE PAGAMENTO DE MOTORISTA SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS À PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE SANTA CATARINA

O Conselho Superior do Ministério Público determinou que o pagamento das horas deve ser efectuado pelo Cofre Geral da Justiça, com quem o condutor se encontra contratualmente vinculado.

10. APRECIÇÃO DE OFÍCIOS PROVENIENTES DA EMPRESA DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DA PRAIA

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Enviar a informação prestada pelos guardas Municipais para pronunciamento do Sr. Procurador da República e após o exercício do contraditório, apreciar e decidir.

11. MATÉRIAS PARA CONHECIMENTO (5 DOCS.)

O Conselho Superior do Ministério tomou conhecimento dos seguintes documentos:

1. Ofício nº. 23/ISMP/17-18, de 27 de novembro de 2017 dos Serviços de Inspeção comunicando o início da inspeção ordinária à prestação funcional da Sra. Procuradora da República colocada na Procuradoria da República da Comarca da Praia.
2. Ofício nº. 41/TJCS_JC/17, de 22 de novembro de 2017, do Tribunal Judicial da Comarca do Sal informando a disponibilização de uma sala para instalação de um gabinete de serviço à assistência judiciária, para a Ordem dos Advogados da sua delegação na ilha do Sal.
3. Ofício nº. 28/ISMP/17-18, de 05 de dezembro de 2017 dos Serviços de Inspeção comunicando o início da inspeção ordinária à prestação funcional Procurador da República colocado na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente.
4. Ofício nº. 32/2017/2018, de 08 de dezembro de 2017 dos Serviços de Inspeção comunicando o início do Processo Disciplinar nº 2/2017/2018 instaurado contra Oficial de Diligências colocado na Procuradoria da República da Comarca do Sal.
5. Acórdão nº. 36/2017 proferido nos autos de Recurso Contencioso de Anulação nº. 51/2017.

12. DESPACHOS PARA RATIFICAÇÃO (5 DOCS.)

Foram ratificados os despachos do Senhor Presidente em que foram avaliados os Srs. Oficiais de Justiça, a designação do Sr. Inspector para realizar a inspeção ao Senhor Procurador da República de 2ª Classe, as autorizações do pedido para recalendarização da Inspeção à prestação funcional da Sra. Procuradora da República na Comarca da Praia, da audição dos senhores Procuradores da República colocados na Procuradoria da República da Comarca do Sal, no âmbito do Processo Disciplinar nº 2/2017/2018, o pagamento da gratificação pela coordenação feita pelo Secretário nos cursos de promoção de Oficiais de Justiça para as categorias de Secretários e Escrivães de Direito do Ministério Público